

ANFIP reinventou sua atuação em 2020



A tecnologia proporcionou outro tipo de atuação política e associativa, inclusive na relação com os parlamentares e atividades do Congresso Nacional. Em entrevista exclusiva para a Agência Servidores, concedida no dia 29/12, o presidente da ANFIP, Décio Bruno Lopes, abordou os desafios destas mudanças e o cenário das carreiras públicas para 2021.

“2020 foi um ano que nós tínhamos muita esperança de tratar muitos assuntos junto ao Congresso Nacional. Mas, a pandemia nos impediu. Embora a pandemia tenha nos isolado e nos impedido de fazer um bom trabalho parlamentar, discutindo as matérias, nós não deixamos de fazê-lo. A gente fez. A ANFIP se reinventou. Evidentemente que a tecnologia nos gerou uma grande possibilidade de ir além até daquilo que a gente havia previsto em termos de normalidade”, explicou Décio Lopes.

O presidente também relatou alguns dos trabalhos realizados nesse período de isolamento social, necessário para combater o contágio e a disseminação do vírus causador da Covid 19. “Fizemos diversas lives, contamos com a Agência Servidores nessa condução. Discutimos reforma tributária, reforma administrativa, a PEC Emergencial e diversos assuntos que foram de interesse dos servidores públicos, dos

Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil e da população em geral. Foi um ano produtivo. Embora estejamos distantes, a tecnologia nos aproxima e nos possibilita continuar prestando os nossos serviços”, avaliou.

Sobre as carreiras públicas, Décio Lopes deixa a seguinte mensagem: “O servidor público é aquele que, realmente, leva à população os serviços, seja na área de arrecadação, fiscalização, regularização de empresa, de obras, área de saúde, educação, fiscalização do trabalho e aduaneira. Na verdade, são os servidores públicos que são a cada do Estado e devem ser permanentes, devem ser estáveis, porque a estabilidade é uma condição do Estado. O servidor deve ter condição de cumprir e de aplicar a lei, indiferentemente de quem quer que seja, porque a lei está acima de todos. Não existe Estado sem servidor público.”

E reafirma o compromisso do trabalho da Associação. “Nós vamos continuar fazendo o nosso trabalho em defesa do cidadão brasileiro, de uma Nação solidária, do Estado Democrático de Direito onde todos tenham direito e que todos usufruam das políticas públicas decorrentes dos tributos que pagam. Que 2021 seja um ano de grandes realizações para o bem da sociedade brasileira e para o cidadão brasileiro”.

Assista [AQUI](#) à entrevista completa.

Darf e outras contribuições podem ser pagos com PIX
Página 2

Começam a valer novas regras para a aposentadoria
Página 3

PC do RS alerta associados contra golpes a idosos
Página 5

Agafisp programa atividades para 2021 em primeira reunião do ano



Iniciando as atividades do ano de 2021, a Diretoria Executiva da Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul (Agafisp), liderada pelo presidente Luiz Carlos Santos da Silva, se reuniu virtualmente, na segunda-feira (4/1), para debater diversos assuntos previstos nas pautas reivindicatórias da categoria, em tramitação no Congresso Nacional, entre elas as reformas Tributária e Administrativa.

A defasagem salarial, o projeto ANFIP do Futuro, os plantões em Porto Alegre e a manutenção do apartamento de Gramado também estiveram entre as matérias de discussão e deliberação.

O presidente encerrou a reunião desejando um trabalho integrado e solidário neste ano, com efetividade e participação de todo o colegiado.

RFB e Banco do Brasil passam a arrecadar contribuições com PIX



da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Com essa evolução, o Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf), principal documento de arrecadação do Governo Federal, passará a ter um QR Code que permitirá o pagamento pelo PIX.

Nesta primeira fase, poderão pagar o Darf pelo PIX apenas as empresas obrigadas a entregar a Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários e de Outras Entidades e Fundos (DCTFWeb). A Receita Federal pretende incorporar o QR Code do PIX ao Documento de Arrecadação do eSocial (DAE), utilizado por todos os empregadores domésticos, envolvendo cerca de um milhão de pagamentos todos os meses.

Neste mês de janeiro, o QR Code do PIX será incorporado também ao Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS), facilitando os 9 milhões de pagamentos feitos mensalmente por Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais.

A expectativa da Receita Federal é permitir que ao longo de 2021, todos os documentos de arrecadação que estão sob sua gestão tenham o QR Code do PIX, o que corresponde a 320 milhões de pagamentos por ano. (Informações da Receita Federal)

Expectativa da Receita Federal é permitir que ao longo de 2021, todos os documentos de arrecadação que estão sob sua gestão tenham o QR Code do PIX

O Banco do Brasil é o primeiro dos agentes arrecadadores a incorporar o PIX ao serviço de arrecadação prestado ao Governo Federal, serviço que está sob a gestão

EXPEDIENTE LINHA DIRETA

Linha Direta é uma publicação da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.
SEDE: SBN Qd. 01 Bl. H Ed. ANFIP - Brasília/DF - CEP: 70040-907
Telefone: (61) 3251 8100
Whatsapp: (61) 98289 5150

Linha Direta é publicação semanal de propriedade da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. As opiniões externadas nos artigos são de responsabilidade de seus autores.

Envie seus comentários sobre o **Linha Direta** para o email: comunicacao@anfip.org.br

DIRETOR RESPONSÁVEL
Benedito Cerqueira Seba

EDITOR
Ludmila Machado

REPORTAGEM
Daiana Lima, Ludmila Machado e
Thayná Cavalcante.

ESTAGIÁRIO
Marina Rodrigues

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA
Gilmar Vitalino e Allan Vitalino

CONSELHO EDITORIAL
Décio Bruno Lopes
Eucélia Maria Agrizzi Mergár
Crésio Pereira de Freitas
José Arinaldo Gonçalves Ferreira
Benedito Cerqueira Seba
Cesar Roxo Machado



www.instagram.com/anfipnacional

www.facebook.com/anfip.nacional

www.twitter.com/anfipnacional

www.youtube.com/anfipoficial

Idade exigida para se aposentar aumenta em 2021. Veja o que muda

No ano de 2021 começam a valer novas regras para a aposentadoria. Alguns dos trechos da Reforma da Previdência aprovada em 2019 pelo Congresso passaram a ser válidos a partir de sexta-feira (1º). As alterações dizem respeito à idade e ao tempo de contribuição mínimos para acesso à aposentadoria.

Requisitos, como idade mínima, tempo de contribuição e pontuação, que combina os dois primeiros requisitos, serão mais rigorosos para mulheres, professores, servidores federais e para pessoas que antecipam a aposentadoria. Em alguns casos a idade mínima foi aumentada em seis meses e a pontuação aumentada em um ano.

Veja o que muda:

Mulheres: Antes as mulheres precisavam ter 60 anos e seis meses de idade e 15 anos de contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) para ter acesso a aposentadoria. Em 2021, a idade mínima passa a ser de 61 anos e o tempo de contribuição continua em 15.

Pontuação: a regra que soma idade com tempo de trabalho. Antes ela era de 87 para as mulheres e de 97 para homens. Em 2021, a pontuação para as mulheres passa a ser de 88 e dos homens de 98.

Aposentadoria proporcional: a idade mínima para mulheres era de 56 anos e seis meses em 2020. Para os homens de 61 anos e seis meses. O tempo de 15 anos de contribuição tinha que ser cumprido. Em 2021, a idade mínima de mulheres passa a ser de 57 anos e a de homens passa a ser de 62.



Professores: a pontuação anteriormente era de 82 anos para professoras e 92 para professores. Em 2021, as professoras terão de ter pontuação de 83 e os professores terão de ter 93. A idade mínima também aumenta, as professoras terão de ter 52 ou mais e os professores terão de ter 57 ou mais. Antes a idade mínima para professoras e professores era de 51 e 56 respectivamente.

Servidores: os homens tinham que cumprir idade mínima de 61 anos e pontuação de 97 anos atualmente. As mulheres precisavam ter 56 anos e 87 pontos no mínimo. Em 2021, a pontuação mínima para homens passa a ser de 98 e as mulheres de 88 pontos. A idade mínima não muda. A reforma da Previdência vale para servidores federais, cada estado e município tem regra própria sobre a Previdência do setor público. (Informações do Congresso em Foco)

Serviços digitais facilitam a vida dos servidores na Administração Pública Federal

Novas funcionalidades evitaram a exposição dos servidores à Covid-19 e ampliaram a digitalização na gestão de pessoas

A transformação digital conduzida pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (SEDGG) do Ministério da Economia (ME) alcançou também os serviços disponibilizados para servidores públicos federais em 2020. “Estamos fazendo essa transformação tanto em serviços para o público em geral, como também em estruturas e sistemas governamentais. Queremos que o servidor também tenha essa experiência digital cada vez mais presente no seu dia-a-dia quando for solicitar qualquer serviço”, afirma o secretário especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, Caio Mario Paes de Andrade.

A digitalização de serviços específicos para o funcionalismo avançou, especialmente nos últimos dois anos. Os cerca de 1,2 milhão de servidores – entre ativos, aposentados e pensionistas – passaram a ter acesso a vários serviços de forma mais prática e ágil, sem necessidade de deslocamento.

“Sem sair de casa ou do trabalho, o servidor já pode resolver boa parte da sua vida funcional pela internet e no aplicativo de celular. Isso não só otimiza o tempo e os recursos das Unidades de Gestão de Pessoas, que não precisam fazer o atendimento presencial, como também simplifica a vida do servidor, que têm à sua disposição o autosserviço”, diz o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do ME, Wagner Lenhart.



Entre os autosserviços disponibilizados em formato digital para o funcionalismo federal, estão o envio do atestado de saúde, as atualizações cadastrais e a prova de vida para aposentados e pensionistas.

Atestado Web

Desde que foi lançado, em setembro deste ano, até o último dia 15 de dezembro, o Atestado Web já recebeu 1.796 atestados, por meio do aplicativo Sigepe mobile e do Sigepe web.

[Continua na Próxima Página](#)

Nesta primeira fase, somente as unidades de saúde do Ministério da Saúde em Brasília, da Universidade de Brasília e do Instituto Federal de São Paulo terão acesso à solução. Esses órgãos estão atuando como Unidades Pilotos do Atestado Web e fazendo a análise do documento e o registro pelo Sigepe mobile e na internet. Em breve, o sistema estará disponível para outros órgãos.

Prova de Vida Digital

No final de novembro, o governo federal lançou o projeto piloto da Prova de Vida Digital para 20 mil aposentados, pensionistas e anistiados, atendidos pelo Departamento de Centralização de Serviços de Inativos, Pensionistas e Órgãos Extintos (Decipex) do Ministério da Economia.

A Prova de Vida Digital pode ser realizada em qualquer hora e lugar, utilizando-se em conjunto os aplicativos Sigepe mobile e o site Meu gov.br. Mas o beneficiário precisa ter a biometria (identificação digital) cadastrada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ou no Departamento Nacional de Trânsito (Denatran).

Nesse piloto os participantes podem também acompanhar a situação da Prova de Vida pelo aplicativo Sigepe mobile, obter o comprovante da sua realização, independente do canal que tenha utilizado, e receber notificações para lembrar o momento em que deverá realizar esta ação.

Atualização pelo aplicativo

A funcionalidade de atualização cadastral disponibilizada no aplicativo Sigepe mobile aos servidores públicos federais ativos e aposentados, em abril de 2019, e aos pensionistas, em novembro de 2020, já ultrapassou a marca de um milhão de dados atualizados neste mês de dezembro.

O aplicativo permite aos servidores ativos, aposentados e

pensionistas de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que hoje representa um público de 1,2 milhão de pessoas, consultarem os seus dados pessoais, funcionais e financeiros e realizar atualizações cadastrais por meio do celular, a qualquer hora e em qualquer lugar. O objetivo é simplificar e agilizar os processos, bem como modernizar a forma de oferecer os serviços públicos.

“Quanto mais os servidores realizarem atualizações cadastrais, mais qualificadas são as informações que estão na base de dados dos Sistemas de Gestão de Pessoas da Administração Pública Federal. Essas atualizações periódicas das informações permitem melhor tomada de decisão e implementação de novas políticas públicas”, ressalta o secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do ME.

A última versão do aplicativo (1.21.0), que oferece o serviço também para pensionistas, pode ser instalada no celular por meio das lojas App Store (sistema iOS) e Play Store (sistema Android).

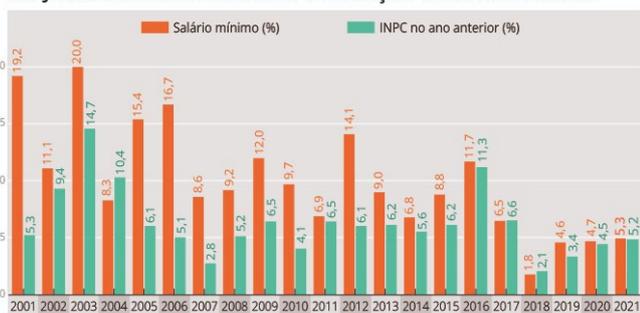
Novidades para 2021

O governo federal deve lançar um projeto de transformação digital de gestão de pessoas ainda maior em 2021. “Queremos prover acesso único e digital aos serviços, simplificar, padronizar e automatizar os processos internos de gestão de pessoas, para que servidores e gestores tenham acesso fácil e desburocratizado a informações, direitos e benefícios decorrentes da sua relação de trabalho com a administração pública federal”, adianta Lenhart.

Atualmente, o Sigepe possui cerca de 1,2 milhão de usuários. Para 2021 estão previstas novas funcionalidades e o lançamento de um novo aplicativo exclusivo para os servidores públicos federais ativos, aposentados e pensionistas que reunirá todos os serviços num mesmo lugar. (Informações do Portal do Servidor)

Medida provisória repõe inflação e eleva o salário mínimo para R\$ 1.100

REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO E INFLAÇÃO DO ANO ANTERIOR



Fonte: Ipeadata
Arte: Thiago Fagundes/Agência Câmara
Data: 04/01/2021

Reajuste de 5,26% corresponde à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) em 2020

A Medida Provisória 1021/20 eleva o salário mínimo para R\$ 1.100 a partir de 1º de janeiro. Em relação ao valor anterior (R\$ 1.045), o reajuste é de 5,26%. A Constituição determina a correção periódica do salário mínimo.

A equipe econômica calcula que o impacto líquido de cada R\$ 1 somado ao salário mínimo será de R\$ 315,4 milhões nas contas do governo federal, em função das despesas maiores e do aumento na receita da Previdência Social. Os R\$ 55 a mais significam impacto de R\$ 17,3 bilhões.

Segundo o Poder Executivo, o valor arredondado na

MP corresponde à variação da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de janeiro a novembro do ano passado mais projeção dos bancos para a taxa em dezembro último.

O INPC apura a inflação mensal das famílias com renda de 1 a 5 salários mínimos. Como os preços subiram neste ano, as projeções do governo mudaram. Na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) havia sido sugerido um mínimo de R\$ 1.088.

Regra

Desde o ano passado não há regra definida para o reajuste do salário mínimo, e assim o governo Bolsonaro tem aplicado apenas a correção pela inflação. Entre 2007 e 2018, reajustes reais consideravam a variação do Produto Interno Bruto (PIB) dois anos antes.

Em setembro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que é preciso atenção com os reajustes reais do salário mínimo. “Se der aumento, vai condenar ao desemprego, milhares e talvez milhões de pessoas serão demitidas, temos que ter cuidado”, afirmou.

Tramitação

A MP 1021 será analisada inicialmente por uma comissão mista. O texto aprovado será colocado em votação, posteriormente, nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado. (Informações da Agência Câmara de Notícias)

Golpes contra idosos: Agafisp e Polícia Civil alertam para cuidados e precauções

A Diretoria da Estadual da ANFIP no Rio Grande do Sul (Agafisp) recebeu, na quarta-feira (6/1), em sua sede, a delegada Cristiane Pires Ramos, titular da Delegacia de Proteção ao Idoso da Polícia Civil do RS.

No encontro, a policial externou sua preocupação com a intensificação dos golpes que fraudadores e outros criminosos têm aplicado à população de mais idade, principalmente através das redes sociais e aplicativos de comunicação, e solicitou a parceria da entidade para alertas à população em geral.

O presidente Luiz Carlos Santos da Silva e o Diretor de Assuntos Jurídicos, Rudimar Nunes Fraga, agradeceram a preocupação da autoridade policial e se colocaram à disposição para auxiliar na divulgação de medidas de prevenção a esses crimes que lesam a população e, em especial, os integrantes de seu quadro social.

Na ocasião, a delegada Cristiane também divulgou a Cartilha elaborada pela Frente Parlamentar em Defesa da Terceira Idade e Idosos, da Assembleia Legislativa do RS, em parceria com a Polícia Civil gaúcha, que pode ser acessada [AQUI](#).



Ao mesmo tempo, ressaltou a estrutura de segurança disponibilizada à população e a existência no estado de diversas delegacias de Proteção ao Idoso, bem como o site para o registro imediato de ocorrências (<https://www.pc.rs.gov.br/inicial>).

ANFIP-BA tem nova diretoria

A ANFIP-BA, Estadual da Bahia, tem nova Diretoria e Conselho Fiscal, eleitos para o período de janeiro de 2021 a maio de 2022. Confira a composição dos novos Conselhos:

Conselho Executivo

Presidente - Roswílcio José Moreira Goes
Diretor-Executivo - Luiz Cláudio De Araújo Martins
Diretora de Administração - Maria Bernadete Sampaio Bello
Diretor Financeiro - Oscar De Oliveira Filho
Diretor Financeiro - Sudário De Aguiar Cunha
Suplente - Lêucio Flavo Moreira De Borges Sampaio
Suplente - Maria Miralda Andrade Dias

Conselho Fiscal

Litza Barroso Pedreira Lapa
Antonio Carlos Souto
Euza Maria De Araújo Coelho
Suplente - Maria Do Socorro D. De Carvalho
Suplente - Silvia Silva Da Cruz